

Apêndice do ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**90012/2025**

(Processo Administrativo nº 003.008.821135)

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Compra/Serviço/Obra:	SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O ETP é o documento inicial da fase de planejamento que analisa minuciosamente a demanda específica, buscando identificar a melhor solução disponível no mercado para atendê-la, em conformidade com as normas e princípios da Administração Pública:

- a) Garantir a viabilidade técnica da contratação e abordar a questão do impacto ambiental;
- b) Identificar o interesse público em jogo e a solução mais adequada;
- c) Fundamentar o projeto básico/termo de referência, que serão elaborados somente quando a contratação for viável.

1.2. Nos termos do próprio texto da IN n.º 58 de 2022, o ETP é deverá **evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução a ser adotada dentre todas as opções possíveis** (art. 3º, inciso I). A partir da sua elaboração, deve ser possível avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

1.3. Assim, o ETP materializa a primeira etapa da **fase preparatória da contratação**, antecedendo o Termo de Referência (TR), o anteprojeto (adotado no caso de contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada), e o projeto básico ou o projeto executivo, a depender do caso.

1.4. A correta **elaboração do ETP** é essencial à elaboração de um bom TR (ou documento equivalente) e ao consequente prosseguimento da contratação pretendida. Com base nele, se buscará entender quais as necessidades do órgão administrativo (**análise interna**) para, posteriormente, buscar no mercado possíveis soluções para atendimento dessas demandas averiguadas (**análise externa**).

1.5. Ressalte-se que a **elaboração do ETP** de maneira errada ou insuficiente pode levar a licitações frustradas/fracassadas, falhas na estimativa de preços, contratações que não atendam plenamente à efetiva necessidade administrativa etc.

1.6. Nesse contexto, a seguir será apresentado um **modelo de ETP** que visa dar apoio ao ensino público como mecanismo indispensável para garantir o acesso e a permanência dos alunos e embasar o Documento de Formalização da Demanda – DFD, conforme previsto na Lei 14.133/2021, de forma a relacionar as condições, descrições, quantidades, valores estimados, frequência e periodicidade dos serviços.

## 2. ÁREA REQUISITANTE

Órgão/Entidade:	Secretário(a):
<b>Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura</b>	<b>Maria Lucia Ferro Coimbra</b>

## 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (NLL, ART. 18º, §1º, I)

3.1. Considerando a formalização de demanda pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, este ETP tem como objetivo levantar sobre a viabilidade técnica na **contratação de empresa para o fornecimento artefatos de cimento, tipo pré-moldados em concreto pré-fabricados**, a serem instalados em logradouros públicos/prças no Município de Major Izidoro/AL.

3.2. O Município de Major Izidoro/AL se estende por 453,9 km<sup>2</sup> e contava com 19.804 habitantes no último censo (2022). A densidade demográfica é de 43,6 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Limita-se com os municípios de Jaramataia, Cacimbinhas e Craíbas, Major Izidoro se situa a 26 km a Norte-Oeste de Craíbas, a cidade mais próxima nos arredores. Situado a 204 metros de altitude, Major Izidoro tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9° 31' 57" Sul, Longitude: 36° 59' 27" Oeste.

3.3. O Registro de Preços (RP) visando a contratação de empresa para **o fornecimento de artefatos de cimento, tipo pré-moldados em concreto pré-fabricados, a serem instalados em logradouros públicos/prças no Município de Major Izidoro**, é evidentemente, visto que isto, reflete a preocupação da administração pública em proporcionar espaços públicos adequados e funcionais, assegurando assim o bem estar da população.

3.4. Ademais disso, com a contratação desses serviços, busca-se oferecer melhores condições para o desenvolvimento das atividades recreativas/físicas das crianças e pré-adolescentes residentes no entorno de cada um dos logradouros/Praças contemplados. Além disto, esta contratação oportunizará melhores condições para os munícipes, em especial os(as) idosos(as), em razão do desenvolvimento de suas atividades físicas e fortalecimento de vínculos de convivência social no ambiente público frequentado através da disponibilidade de bancos e equipamentos recreativos (mesas/bancos para jogos e bate-papos).

3.5. Assim, registra-se, que a necessidade foi identificada pela necessidade dos trabalhos a serem realizados e por razões de interesse público os quais se justificam em razão dos motivos supracitados.

3.6. Posto isto, caminhando ao final dessas primeiras linhas, o presente fundamenta-se, também, na homenagem aos princípios da eficiência, economicidade, padronização, legalidade e os demais princípios e regras que norteiam a Administração Pública.

## 4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, II)

4.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

4.2. O Plano Estratégico da Administração para o período de 2025 pretende comunicar, de forma simples e direta, aos públicos interno e externo, os principais objetivos do órgão e suas respectivas metas e iniciativas estratégicas. Ele assegura à Administração, direção e continuidade administrativa, sem prejuízo da identificação das especificidades em prol de uma prestação dos serviços, sob a ótica administrativa cada vez mais ágil e efetiva.

4.3. Assim, a relação entre a demanda e/ou necessidade prevista e as quantidades de cada serviço a ser contratado resultou no levantamento detalhado de quantidades, o que originou os estimados completos dos quantitativos do serviço a ser contratado.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, III)**

5.1. São requisitos da contratação:

5.1.1. Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Major Izidoro.

5.1.2. Regime de execução: o regime adotado será o de empreitada por preço unitário.

5.1.3. Permissão de participação de consórcios: Não;

5.1.4. Permissão de participação de empresas estrangeiras: Sim

5.1.5. Subcontratação: não será permitido subcontratação

5.1.6. Modalidade de licitação: Pregão regado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

5.1.7. Forma: Eletrônica para maior abrangência e maior competitividade, estando em conformidade com o que rege § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.8. Procedimentos para Contratação: Sistema de Registro de Preços.

5.1.9. Critério de Julgamento: Menor preço/Maior Desconto.

### **5.1.10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

5.1.10.1. Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, com o objetivo de registrar formalmente as propostas de preço para futuras contratações objeto desta licitação, com compromisso obrigacional por parte das empresas CONTRATADAS, e sem obrigar que sejam efetivadas pela Administração as aquisições que dele poderão advir.

5.1.10.2. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada a este ETP, ao Termo de Referência e ao Edital e seus Anexos, em todas as suas cláusulas, e às propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e toda a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

5.1.10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas do Termo de Referência, independentemente de sua transcrição. No caso da CONTRATADA, depois de convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ela previstas no Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO/AL registrará os licitantes por Região, como CADASTRO DE RESERVA, na ordem de classificação, desde que aceitem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.1.10.4. A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações e ter seu prazo de vigência prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, obedecidas às disposições contidas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

### **5.1.11. BENS E SERVIÇOS COMUNS:**

5.1.11.1. Os bens/serviços, têm natureza de comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.



5.1.11.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.11.3. Para a execução dos serviços e eventual fornecimento dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

### 5.1.12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1.12.1. **Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista:** Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021

5.1.12.2. **Da Habilitação Econômica/Financeira:** Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021.

5.1.12.3. **Da Habilitação Técnica:** A contratada para a execução do objeto deve, necessariamente, ser empresa especializada no ramo da construção civil, técnico-operacional (para a gestão da mão de obra exigida), comprovada por certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo CREA/CAU para aptidão dos serviços em características iguais ou semelhantes ao objeto da contratação.

5.2. A contratação visa garantir a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro** o pleno desenvolvimento de suas ações externas. Assim, a existência dessa contratação é manutenção direta da missão e da visão política e técnica para atuar na prestação de serviços públicos.

5.3. As notas fiscais devem ser emitidas em duas vias, com especificação da quantidade entregue.

5.4. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. É imperativo que a secretaria competente execute essa contratação para assegurar a efetividade das políticas públicas voltadas à educação, saúde, esporte e lazer, garantindo assim um ambiente próximo ao ideal para melhor a qualidade de vida da população. Estes requisitos têm por objetivo garantir a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a segurança e a qualidade na contratação.

### 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, IV)

6.1. A estimativa das quantidades para a contratação pretendida levou em consideração a elaboração de plano de trabalho, com base no fornecimento em períodos anteriores, pois demonstram com maior precisão a nossa necessidade., bem como, a disponibilidade orçamentária e financeira disponível para eventual e futura contratação.

Item	Descrição do Produto	CATSER	Unidade	Quantidade
1	Abrigo para passageiro – nas dimensões L: 3.20 C: 1.65 H:2.20m	22527-Confecção pré-moldados de concreto	UND	10
2	Conjunto p/ exercícios/musculação (Barra vertical), const. 4 placas estruturais em CA, Fck=35mpa, engastada no solo c/montagem/base concreto magro,3 hastes tubulares fixa as placas,2 estruturas em alvenaria revestida. Da Relevô pré-moldados/similar.	22527-Confecção pré-moldados de concreto	UND	4
3	Demarcador de trânsito em concreto medindo 26x20x10 cm	22527-Confecção pré-moldados de concreto	UND	500
4	Gelo baiano trapezoidal em concreto simples medindo: base 0,72x0,16 topo 0,72x0,13m.	22527-Confecção pré-moldados de concreto	UND	500

5	Leteiro em concreto armado – nas dimensões 1,00x0,50m	22527-Confeção pré-moldados de concreto	UND	10
6	Lixeiro em concreto armado – dimensões: 0,60x0,40m, com escrita em baixo relevo.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	UND	50
7	Parque Infantil, Balanço Pirulito, em concreto armado Fck=35mpa, c/ 02 peças, dim. l=0,2m, h=2,3m, e=0,15m, c/ det. (Pirulito) baixo relevo, diam. 0,8m, balanço c/ 3 cadeirinhas/metal 0,4x0,4m, incluso montagem/pintura, da Relevo Pré-moldados/Similar	22527-Confeção pré-moldados de concreto	UND	4
8	Parque infantil tipo casinha, em concreto armado Fck=35mpa, dimensões l=2,0m, c=2,0m h=3,0m, escorregador nas dimen=3,5m l=1,0m, e balanço c/ 02 cadeirinhas em metal dimensões 0,4x0,4m. Incluidas montagem/pintura. Da Relevo Pré-moldados ou similar.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	UND	4
9	Parque Infantil, escorrega Cavalinho, em concreto armado Fck=35mpa, nas dimensões c=2,80m, l=1,00m, h=1,60m, e=0,15m, com detalhes em baixo relevo. Fabricação Da Relevo pré-moldados, ou similar.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	UND	4
10	Piso de concreto - retangular intertravado diversas cores com 0,20x0,10x0,045m.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M²	2000
11	Piso de concreto - retangular intertravado natural com 0,20x0,10x0,045m.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M²	3000
12	Piso tátil – alerta em concreto nas dimensões 0,40x0,40x0,03m.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M²	500
13	Piso tátil – segmento em concreto nas dimensões 0,40x0,40x0,03m.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M²	500
14	Placa em concreto pré-fabricada -20 Mpa, com espessura 0,10m, com texto em baixo relevo, diversas dimensões.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M²	200
15	Meio-fio ou guia de concreto pré-moldado – comp. 80cm,*30x10/10*(hx1/12).	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M	1000
16	Meio-fio ou guia de concreto pré-moldado – comp. 65cm,*25x08/08*(hx1/12).	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M	1000
17	Conjunto de mesa reforçada em concreto armado com quatro bancos lua cheia.	22527-Confeção pré-moldados de concreto	M²	50

### 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO (NLL, ART. 18º, §1º, V)

7.1. Neste tópico, urge a importância de pesquisar e determinar as possíveis soluções capazes de identificar, empreendimentos passíveis de aproximar as compras públicas da administração municipal às práticas adotadas pelo mercado, considerando e impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

7.2. Considerando a Lei nº14.133/2021:

Art. 18. § 1º

(...) **Omissis.**

“V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;”.

7.3. Considerando a IN SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, onde se lê:

“III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

**a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;**

**b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;**

- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.”.

7.4. Na análise do mercado para a aquisição/fornecimento de pré-moldados destinados à Secretaria de Obras e Infraestrutura, da Prefeitura, diversas soluções de contratação foram identificadas como viáveis entre os fornecedores e os órgãos públicos. Estas incluem:

- **Solução 1: Contratação direta com o fornecedor:** onde a administração pública negocia diretamente com o fabricante ou revendedor dos pré-moldados, possibilitando uma negociação mais direcionada e específica às necessidades do município.
- **Solução 2: Contratação através de terceirização:** nesse caso, a administração poderia contratar uma empresa para ser responsável não apenas pelo fornecimento, mas também pela instalação dos pré-moldados, o que poderia incluir serviços adicionais de manutenção e garantia.
- **Solução 3: Formas alternativas de contratação:** como adesão a atas de registro de preços de outros órgãos públicos ou consórcios públicos, possibilitando aproveitar contratos já negociados por outras entidades com preços e termos potencialmente vantajosos.

7.5. Avaliando as necessidades específicas para a aquisição de artefatos tipo pré-moldados em Major Izidoro, considerando os aspectos técnicos bem como a necessidade de aderir a padrões de qualidade que atendam a legislação pertinente, a solução mais adequada aparenta ser a **contratação através de terceirização com fornecedores especializados**. Esta opção permite uma negociação mais assertiva quanto à qualidade do produto, prazos de entrega e condições de pagamento.

7.6. A opção pela **contratação através de terceirização com fornecedores especializados** também possibilita maior flexibilidade na negociação de critérios técnicos específicos, essenciais para assegurar que os pré-moldados atendam integralmente às necessidades do município, além de permitir a adequada fiscalização do cumprimento dos padrões de qualidade exigidos.

7.7. Ademais, a **contratação através de terceirização com fornecedores especializados** favorece a transparência e a eficiência do processo de aquisição, em conformidade com os princípios administrativos e a legislação atual de licitações, Lei nº 14.133/2021.

7.8. A **contratação através de terceirização com fornecedores especializados** atende as determinações legais, reduz custos operacionais e administrativos sendo a opção mais viável e econômica para administração pública.

7.9. Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por “**empreitada por preço unitário**”, pois a Administração ainda não possui previsão das quantidades a serem adquiridas.

7.10. Vale destacar que, após análise, foi possível concluir que não há variações quanto à contratação do objeto em tela. Assim, a variação se dá pela “**execução direta pela prefeitura, por meio de um processo de licitação**” pela modalidade aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Ademais, notou-se que não foi encontrada **ata de registro de preços** disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.

7.11. Logo, a **contratação através de terceirização com fornecedores especializados** para prestação dos serviços, objeto do presente ETP se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos municipais. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VI)

8.1. As estimativas dos preços serão definidas no setor de compras deste município, tendo em vista ser o órgão competente para esta demanda. Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados pela autoridade superior, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade.



8.2. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO (NLL, ART. 18º, §1º, VII)**

9.1. A solução especificada e que se pretende adquirir tais itens, refere-se à processo licitatório, através do SRP, em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, administrativa e uma melhor gestão orçamentária. A licitação será realizada na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A escolha baseou-se no princípio da eficiência, um dos alicerces da Lei 14.133/2021, art. 5º, que orienta pela seleção de soluções que propiciem o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e promovam o desenvolvimento sustentável, princípio este também refletido no dispositivo. A adoção dessa solução específica vem em alinhamento com os objetivos da administração pública de garantir obras e serviços que atendam plenamente às necessidades da população, assegurando qualidade e longevidade das intervenções urbanísticas planejadas.

9.3. Além disso, a opção pelo SRP, conforme detalhado no art. 82 da Lei 14.133, se mostra alinhada à necessidade de flexibilidade e economia, garantindo a aquisição dos pré-moldados em quantidades adequadas às demandas futuras, com preços e condições vantajosas para a Administração Pública. Esta modalidade permite ajustes quantitativos conforme as necessidades reais de execução dos projetos, assegurando, portanto, uma gestão eficaz dos recursos públicos.

9.4. Após a realização de um estudo comparativo entre as soluções disponíveis, a proposta de contratação de uma empresa especializada demonstrou-se a mais vantajosa em termos de eficiência operacional, segurança, acessibilidade e custo-benefício.

9.5. A Prefeitura Municipal de Major Izidoro não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

9.6. Os valores poderão ser revistos e/ou reajustados com requerimento de recomposição de valores conforme INPC, quando houver acréscimo significativo nos preços dos insumos que compõe o custo, desde que comprovado o impacto financeiro. Para o reequilíbrio econômico-financeiro de valores se observada à capacidade de pagamento do Município, ficando exclusivamente sob sua responsabilidade autorizar ou não o reajuste.

9.7. Conclui-se, portanto, que a solução proposta de aquisição de pré-moldados para as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, da Prefeitura Municipal de Major Izidoro é a mais adequada existente no mercado, estando plenamente justificada e fundamentada nos preceitos de eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público estabelecidos pela Lei 14.133/2021.

## **10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VIII)**

10.1. Em regra, conforme a Lei nº 14.133/2021, onde se lê:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

10.2. E ainda na mesma Lei Nº14.133/2021:

“Art 40 § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.”

10.3. Assim, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º, do mesmo art. 47, estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.4. Contudo, quando a composição do Grupo, o qual reúne itens da mesma natureza, tendo por finalidade a economia de escala e a participação de empresas especializadas, aquelas aptas a ofertar bens ou serviços, com plena garantia e segurança e com menor custo possível, o TCU permite que a adjudicação seja feita sem a devida divisibilidade do objeto.

10.5. Nesse caso, **avaliação da divisibilidade do objeto** considerando o mercado fornecedor:

( ) É possível a contratação da solução de forma divisível sem haver prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. (ADJUDICAÇÃO: MENOR PREÇO / MAIOR DESCONTO POR ITEM)

( X ) Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: A contratação de apenas uma empresa para o fornecimento do objeto justifica-se pelo ganho de escala que pode ser obtido.

10.6. Assim, sugerimos a licitação por itens, se fazendo necessário que a contratação em tela seja pelo menor preço global, onde o objeto não será dividido em partes específicas, pois possibilitará, neste caso, uma ampliação no poder de barganha na negociação, evitando um potencial perda de economia de escala para o Município.

## **11. RESULTADOS PRETENDIDOS (NLL, ART. 18º, §1º, IX)**

11.1. A adoção do registro de preços para a **contratação de empresa para o fornecimento de artefatos de cimento, tipo pré-moldados em concreto pré-fabricados**, a serem instalados em logradouros públicos/prças, representará uma solução eficaz para a Prefeitura Municipal de Major Izidoro em termos de economicidade.

11.2. Primeiramente, esta modalidade de contratação permite à administração pública obter preços mais baixos e condições mais vantajosas devido à previsão de demandas futuras.

11.3. A agilidade na contratação e a possibilidade de aquisição em grande escala resultarão em um custo por viagem reduzido, maximizando o custo-benefício da operação de transporte escolar:

11.4. A contratação planejada para a **contratação de empresa para o fornecimento de artefatos de cimento, tipo pré-moldados em concreto pré-fabricados**, a serem instalados em logradouros públicos/prças no Município de Major Izidoro, visa atender às seguintes expectativas, sempre pautadas no estrito cumprimento da Lei nº 14.133, de abril de 2021.



- 11.4.1. **Otimização na gestão de recursos públicos:** Espera-se uma gestão eficiente dos recursos financeiros, por meio da aquisição de materiais com as melhores condições de preço, qualidade e tempo de entrega, conforme preconiza o art. 11, inciso I, da Lei 14.133/2021, que orienta para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A utilização do SRP, conforme estipulado pelo art. 82, incisos I a IX, e suas subseções, reflete o compromisso com a economicidade e o planejamento estratégico nas contratações públicas.
- 11.4.2. **Sustentabilidade e responsabilidade social:** Além da conformidade com os preceitos legais de economicidade e eficiência, enfatiza-se a importância de promover práticas sustentáveis e com responsabilidade social, em alinhamento ao art. 5º da Lei 14.133/2021, que aborda o desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios a ser observado. Nesse sentido, a escolha de materiais que cumpram padrões de qualidade e normas técnicas, bem como de fornecedores que observem práticas sustentáveis, reflete o compromisso da Administração Pública com princípios éticos e de respeito ao meio ambiente.
- 11.4.3. **Melhoria da infraestrutura urbana:** Com a aquisição de pré-moldados de qualidade, espera-se que haja significativas melhorias na infraestrutura urbana da cidade, contribuindo para a qualidade de vida da população, segurança e bem estar. Esse resultado está diretamente ligado ao objetivo de assegurar o atendimento das necessidades públicas de forma eficaz, conforme estabelece o art. 11, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- 11.4.4. **Fortalecimento da transparência e da integridade:** A adoção de práticas transparentes e íntegras durante todo o processo de contratação, inclusive na fase de planejamento e na formulação deste Estudo Técnico Preliminar, está em conformidade com o art. 5º da Lei 14.133/2021, que cita a transparência e a impessoalidade como princípios essenciais. Visa-se, assim, fortalecer a confiança da população nas atividades da Administração Pública, promovendo uma cultura de integridade e respeito ao uso dos recursos públicos.

11.5. Em resumo, os resultados pretendidos com a presente contratação visam não apenas o atendimento imediato das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura da Prefeitura, mas também o alcance de benefícios a longo prazo para a comunidade, com gestão responsável dos recursos, promoção do desenvolvimento sustentável e melhoria contínua da infraestrutura local. Destaca-se, portanto, a relevância de um processo de contratação fundamentado em critérios técnicos, legais e éticos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

11.6. Portanto, a contratação por meio do registro de preços para a prestação do aludido serviço atenderá à demanda imediata da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, além de propiciar uma significativa economia e um uso mais estratégico dos recursos disponíveis pela Prefeitura Municipal de Major Izidoro. Essa abordagem garantirá maior eficiência nas atividades administrativas, beneficiando a comunidade em geral.

## 12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (NLL, ART. 18º, §1º, X)

12.1. A fim de garantir a adequação da contratação ao interesse público e o alinhamento com as diretrizes da Lei 14.133, são necessárias as seguintes providências detalhadas:

- 12.1.1. **Capacitação da equipe:** Realização de treinamentos específicos com a equipe responsável pela condução do processo licitatório, visando aprimorar os conhecimentos sobre a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), especialmente no que diz respeito à modalidade Pregão Eletrônico e ao Sistema de Registro de Preços. Essa capacitação visa assegurar a aplicação eficiente dos procedimentos legais e a maximização da economicidade e eficiência na contratação.
- 12.1.2. **Definição de cronograma:** Elaboração de um cronograma específico para cada etapa do processo, incluindo a fase de planejamento, a publicação do edital, o recebimento das propostas, a fase de julgamento, até a homologação e assinatura do contrato. O cronograma deverá considerar os prazos estabelecidos para entrega dos pré-moldados, conforme definido anteriormente em 10 dias após o pedido.

- 12.1.3. **Verificação da qualificação dos fornecedores:** Estabelecimento de critérios rigorosos para a qualificação técnica e financeira dos fornecedores, de acordo com as exigências previstas na Lei nº 14.133/2021. Isso inclui a verificação de CNAE específico compatível com o objeto contratado e a análise de certidões ou atestados de acervo técnico que demonstrem a experiência e capacidade do fornecedor em fornecer produtos com as características técnicas exigidas.
- 12.1.4. **Análise de impactos ambientais:** Condução de estudos para identificar e avaliar possíveis impactos ambientais relacionados à fabricação, transporte e instalação dos pré-moldados. Desenvolvimento de um plano de ação para mitigação desses impactos, incluindo medidas como a seleção de fornecedores com práticas de produção sustentáveis e a preferência por materiais com menor pegada de carbono.
- 12.1.5. **Gestão e Fiscalização do Contrato:** Designação de uma equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato, assegurando que todas as cláusulas contratuais sejam cumpridas, especialmente em relação à qualidade dos materiais, aos prazos de entrega e às condições de pagamento. Essa equipe também será responsável por realizar inspeções periódicas e testes de qualidade dos materiais entregues, conforme as especificações técnicas acordadas.
- 12.1.6. **Comunicação e transparência:** Manutenção de um canal de comunicação eficaz com os potenciais fornecedores e com a sociedade, garantindo a transparência do processo licitatório. Publicação de todas as etapas e documentos relevantes do processo no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, permitindo o acompanhamento e a fiscalização por parte dos interessados e da população em geral.
- 12.1.7. **Contingência e resolução de conflitos:** Elaboração de um plano de contingência para lidar com possíveis atrasos, problemas de qualidade ou disputas contratuais, incluindo procedimentos para a rápida resolução de conflitos e para a readequação do cronograma e escopo do contrato, se necessário.

### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (NLL, ART. 18º, §1º, XI)**

13.1. A análise das contratações correlatas e interdependentes relacionadas à solução escolhida, que é o **Registro de Preços (RP)**, visando a **contratação de empresa para o fornecimento de artefatos de cimento, tipo pré-moldados em concreto pré-fabricados**, indica que não há necessidade de contratações adicionais antes da implementação desta solução. **A contratação supre uma demanda específica e imediata, voltada para manutenção dos serviços, necessários para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura da Prefeitura de Major Izidoro.**

13.2. Nesse contexto, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (NLL, ART. 18º, §1º, XII)**

14.1. Considerando a aquisição de artefatos tipo pré-moldados destinados à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, da Prefeitura de Major Izidoro, é imperativo realizar uma análise criteriosa sobre os possíveis impactos ambientais associados tanto à produção quanto à utilização desses materiais, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei 14.133/2021, especialmente no que concerne ao desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º).

#### **14.2. Impactos Ambientais Considerados:**

- 14.2.1. **Emissões de CO2 na Produção:** O processo de fabricação de pré-moldados de concreto demanda grande quantidade de energia, contribuindo significativamente para as emissões de gases de efeito estufa. Ademais, o próprio material, concreto, resulta na emissão de CO2 durante a sua produção.

- 14.2.2. **Consumo de Recursos Naturais:** A produção de pré-moldados envolve o consumo elevado de água e de agregados, como areia e brita, cuja exploração pode levar à degradação ambiental de habitats naturais e à diminuição dos recursos hídricos disponíveis.
- 14.2.3. **Resíduos de Construção e Demolição (RCD):** A utilização dos pré-moldados em projetos de infraestrutura e urbanismo pode gerar resíduos, especialmente em fases de remodelação ou demolição, contribuindo para o aumento do volume de RCD, que necessita de gestão adequada para evitar impactos negativos ao meio ambiente.

### 14.3. Medidas Mitigadoras Propostas:

- 14.3.1. **Adoção de Tecnologias Sustentáveis:** Incentivar os fornecedores a adotarem tecnologias que minimizem a emissão de CO<sub>2</sub> e o consumo de água e energia durante a produção dos pré-moldados, alinhando-se ao princípio de desenvolvimento nacional sustentável.
- 14.3.2. **Uso de Materiais Reciclados:** Priorizar a aquisição de pré-moldados que incorporem materiais reciclados em sua composição, reduzindo a demanda por recursos naturais virgens e incentivando a indústria da reciclagem.
- 14.3.3. **Gestão de Resíduos de Construção e Demolição:** Implementar práticas para o manejo adequado dos RCD, incluindo a separação na origem, a reciclagem e a disposição final ambientalmente adequada, minimizando o impacto ambiental.
- 14.3.4. **Capacitação e Conscientização:** Promover a capacitação dos envolvidos nos processos de fabricação, transporte, e uso dos pré-moldados sobre as melhores práticas ambientais, reforçando a importância da sustentabilidade no setor de construção civil.
- 14.3.5. **Avaliação de Ciclo de Vida:** Realizar avaliações de ciclo de vida dos produtos para identificar oportunidades de redução de impactos ambientais em todas as fases, desde a produção até a disposição final.

14.4. Em cumprimento ao disposto pela Lei Federal 14.133/2021, a adoção de medidas mitigadoras deve ser embasada em um posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e a razoabilidade da contratação, considerando os impactos ambientais e a efetiva contribuição para o desenvolvimento nacional sustentável.

14.5. Desta forma, as ações propostas visam alinhar a aquisição dos pré-moldados com os princípios de responsabilidade socioambiental e economicidade, promovendo práticas que conciliam progresso infraestrutura e preservação ambiental.

### 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (NLL, ART. 18º, §1º, XIII)

15.1. Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível a realização de licitação para a contratação do objeto em tela. A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados. Este posicionamento é baseado nos seguintes aspectos juridicamente sustentados e em concordância com os princípios que orientam as contratações públicas delineados pela referida legislação.

- 15.5.1. **Alinhamento com os Objetivos da Administração Pública:** Conforme estabelecido no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a proposta de contratação assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, respeitando o interesse público envolvido e promovendo uma gestão eficiente dos recursos públicos. A aquisição dos pré-moldados atende diretamente às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, da Prefeitura de Major Izidoro, contribuindo para a melhoria da infraestrutura local e para o bem-estar da população de Jaguaribe.
- 15.5.2. **Economicidade e Eficiência:** A estimativa do valor da contratação e a análise de mercado realizadas cumprem os requisitos do §1º do art. 18, que propõem a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. A adoção do SRP, conforme permitido pelo art. 82, oferece flexibilidade e condições mais vantajosas para a Administração Pública, otimizando o uso dos recursos públicos e assegurando a aquisição de bens de qualidade a preços competitivos.



15.5.3. **Observância dos Princípios da Licitação:** A condução do processo licitatório para esta aquisição observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, e eficiência, conforme prescrito pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Isso demonstra o compromisso da Administração com a transparência e a justa competição, fortalecendo o combate à corrupção e promovendo a integridade no processo licitatório.

15.5.4. **Sustentabilidade e Responsabilidade Social:** Em sintonia com os objetivos do desenvolvimento nacional sustentável indicados no art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, a especificação técnica dos pré-moldados segue padrões que contribuem para a conservação ambiental. A adoção de critérios que valorizam a sustentabilidade reforça o papel da Administração Pública como promotora de práticas que respeitam o meio ambiente e a sociedade.

15.6. Este ETP está de acordo com a legislação vigente;

15.7. Portanto, considerando os aspectos mencionados e em conformidade com a legislação aplicável, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação para a aquisição de pré-moldados pela Prefeitura Municipal de Major Izidoro. Esta contratação não apenas atende às necessidades imediatas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, de forma econômica e eficiente, mas também alinha-se estrategicamente aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

## 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Encerradas as considerações sobre o modelo de contratação mais adequado, cumpre avaliar se existe potencial para o procedimento licitatório gerar benefícios, o que deve ser feito com base nas seguintes perspectivas:

16.1.1. Aumento do Poder de Barganha que se verifica quando o comprador consegue utilizar sua capacidade de negociação para obter ofertas melhores junto ao mercado. No caso do Estado, isso se verifica quando, por exemplo, há grande competição nos Pregões Eletrônicos. Aumentar o poder de barganha significa estimular a competição nos certames e isso pode trazer benefícios significativos em termos de preço e qualidade dos produtos e serviços adquiridos;

16.1.2. Obtenção de Economias de Escala que ocorrem quando uma empresa consegue fechar a venda, ou uma promessa de venda, numa quantidade significativa que garanta uma remuneração maior, mas, com a mesma base de custos fixos. Quando isso ocorre, uma empresa consegue vender a preços menores, pois, a relação receita vs. custos fica mais positiva, assim, consegue atingir um mesmo percentual de lucro com vendas a um preço menor. Nesse sentido, ao ofertar uma oportunidade de vendas maiores, pode-se incentivar as empresas a venderem por um preço inferior aos preços homologados nas compras, e,

16.1.3. Redução dos Custos de Transação que se verifica quando atividades paralelas que possuem um objetivo semelhante são racionalizadas e executadas por um único grupo especializado. Essa racionalização permite que as pessoas tenham tempo para desempenhar outras atividades e reduz diretamente os custos com pessoal, suprimentos e energia, relacionados com a aquisição tanto do lado dos compradores públicos quanto do lado das empresas licitantes.

16.2. Enxerga-se potencial para a obtenção de grandes benefícios nas três perspectivas supracitadas do objeto em tela.

16.3. Em relação ao aumento de poder de barganha, como há garantia de redução de custos de transação e potencial para ganhos de escala, reforça-se a possibilidade de concretização dessa variável.

16.4. Pela perspectiva da redução de custos de transação, verifica-se uma garantia de benefício, uma vez que a administração necessita transportar estudantes.

16.5. Quanto às economias de escala, também se verifica potencial de obtenção de benefícios, uma vez que não se vislumbram grandes impactos em termos de custos variáveis para os licitantes com o aumento da escala da contratação.

16.6. Uma licitação individualizada e com demanda menor exigirá as mesmas atividades de gestão da frota disponibilizada e de administração do negócio que a da licitação centralizada, independente da escala de operação dos órgãos. Sendo assim, o aumento da escala poderá gerar uma percepção positiva dos licitantes em termos de aumento de margem de receita, apesar do consequente maior risco.

16.7. Observada uma aderência completa do objeto aos três critérios de avaliação, conclui-se que esta é viável, oportuna e conveniente para a administração. Assim, **DECLARAMOS**, com base no estudo realizado, que o **Registro de Preços (RP)**, visando a contratação futura de empresa para o fornecimento artefatos de cimento, tipo pré-moldados em concreto pré-fabricados, a serem instalados em logradouros públicos/prças no **MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO**.

16.8. Além disso, é possível permitir a padronização de um serviço com qualidade adequada e maior transparência para execução dos contratos, considerando os pontos listados a seguir: a) Existe orçamento disponível para a contratação desse serviço no exercício corrente na dotação orçamentária, além da perspectiva de provimento de recursos para os próximos anos de exercício; b) Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível; c) As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista e com a série histórica do contrato; d) No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por quase todos prestadores de serviço o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência; e) O estudo indica a necessidade do parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação; e, f) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

## 17. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

16.9. É preciso levar em consideração os seguintes pontos:

16.9.1. A diminuição do orçamento para custeio nos últimos anos e a previsão orçamentária para os próximos;

16.9.2. A necessidade de adequação das atividades pedagógicas das Escolas Municipais e principalmente as Escolas do Estado com a 6ª aula no Novo Ensino Médio, e,

16.9.3. A quantidade de alunos esperada para os próximos anos.

17.1 A contratação em comento é viável e necessária levando-se em consideração os pontos explanados anteriormente, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de bens comuns de apoio à realização das atividades essenciais, em razão da necessidade de contratação, justificando-se pela própria natureza dos bem adquirido, que visa propiciar o bom funcionamento das atividades administrativas do Município de Major Izidoro.

17.2 Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida, a contratação através de licitação, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, para atender às demandas e com ganhos em eficiência e economicidade.

17.3 Diante do exposto, conclui-se ser viável a contratação pretendida com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, considera-se que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO**.

Área Requisitante:

.....  
**Maria Lucia Ferro Coimbra**  
Integrante Requisitante



# ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



EPC:

.....  
**Raphaela Calheiros Santos**  
Arquiteta – CAU/AL Nº A61221-9  
Integrante Administrativo

.....  
**Yuran Guilherme Nunes Souza de Oliveira Lima**  
Engenheiro Civil - CREA/RN Nº 021968944  
Integrante Administrativo